



INDICADORES DO PROGRAMA PREVINE BRASIL (PPB) EM MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE DA REGIÃO DO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA

PRISCILA TEREZINHA DALLA COSTA; LEDIANE TRISSOLDI; SIRLEI FAVERO
CETOLIN

RESUMO

O Programa Previne Brasil é o novo modelo de financiamento da Atenção primária à Saúde, o qual foi instituído em 2019 e tem como mecanismo de repasse financeiro para os municípios os critérios de capitação ponderada, de pagamento por desempenho e de incentivo para ações estratégicas. Assim, o presente artigo objetiva analisar os indicadores de saúde de municípios com população inferior a 10.000 (dez mil) habitantes, na região de saúde do Extremo Oeste de Santa Catarina, no Programa Previne Brasil no período de 2020 a 2022. Desta forma, utilizou-se a abordagem quantitativa, com a coleta de dados secundários de domínio público, disponibilizados pelo Sistema de Informação da Atenção Básica (SISAB/DataSus), no qual foram considerados elegíveis os dados correspondentes aos sete indicadores do trabalho das equipes (eSF/APS), sendo eles: proporção de gestantes com pelo menos seis consultas pré-natal; gestantes com realização de exames para sífilis e HIV; gestantes com atendimento odontológico; cobertura de exame citopatológico; proporção de crianças de 1 (um) ano de idade vacinadas na APS contra Difteria, Tétano, Coqueluche, Hepatite B, infecções causadas por *haemophilus influenzae* tipo B e Poliomielite inativada; percentual de diabéticos com solicitação de hemoglobina glicada e percentual de pessoas hipertensas com pressão arterial aferida em cada semestre. Os resultados evidenciam uma melhora nos resultados ao longo dos quadrimestres e anos, porém em alguns indicadores e municípios ainda percebe-se a existência de algumas lacunas quanto ao atingir a meta estipulada pelo Ministério da Saúde. A melhora dos resultados, evidenciada principalmente ao longo de 2022, aponta ao sucesso da utilização do componente de incentivo por desempenho, pois tem-se um potencial de ocasionar mudanças positivas, tais como a melhora nos processos de trabalho e nas condições estruturais dos espaços que ofertam os atendimentos. Contudo, é necessário atentar-se aos dados referentes ao pagamento por desempenho, para que se direcione melhorias às áreas preconizadas pelo Ministério da Saúde.

Palavras-chave: Indicadores de Saúde Comunitária; Serviços Públicos de Saúde; Atenção Primária à Saúde; Municípios; Pagamento por Desempenho.

1 INTRODUÇÃO

Ofertado no Brasil pelo Sistema Único de Saúde (SUS), a Atenção Primária à Saúde (APS) é o primeiro nível de contato do usuário com a rede de saúde, sendo essa responsável pelo contato horizontal com a família, a partir do qual o acesso à saúde é desenvolvido de forma descentralizada para torná-lo o mais próximo possível da vida das pessoas (Lopes *et al.*, 2021).

Assim, as Unidades Básicas de Saúde têm a função de proporcionar à população o acesso à saúde de qualidade, uma vez que a maioria delas está instalada próximo aos locais onde as pessoas residem. Porém, Harzheim (2020) discorre em seus estudos sobre o grande desafio existente no país, no que se refere a garantia de acesso dos cidadãos ao uso dessas estruturas de forma totalmente gratuita, uma vez que se faz necessário que sejam destinados recursos adequados a cada Unidade. E, é nessa perspectiva que implantou-se o novo método de

financiamento do SUS, o Programa Previne Brasil (PPB). Instituído pela Portaria nº 2.979, de 12 de novembro de 2019, este programa altera o mecanismo de repasse financeiro para os municípios, sendo que a partir de então as transferências são baseadas em três critérios: capitação ponderada, pagamento por desempenho e incentivo para ações estratégicas (Brasil, 2019).

De acordo com Alcântara e Carvalho (2021), em relação ao Critério de Capitação Ponderada, a remuneração é calculada de acordo com o número de pessoas cadastradas (por CPF ou Cartão Nacional do SUS) e sob responsabilidade das equipes de Saúde da Família ou equipes de Atenção Primária, no qual o cadastro considera informações sobre vulnerabilidade socioeconômica, o perfil demográfico e classificação geográfica do município como rural ou urbano de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022).

O Critério de Pagamento por Desempenho é baseado no cálculo através dos resultados alcançados em um conjunto de indicadores do trabalho das equipes (eSF/APS). Assim, o repasse financeiro no período de 2018 a 2021 passa a ser condicionado ao desempenho dos municípios nos indicadores seguintes: proporção de gestantes com pelo menos seis consultas pré-natal; gestantes com realização de exames para sífilis e HIV; gestantes com atendimento odontológico; cobertura de exame citopatológico; proporção de crianças de 1 (um) ano de idade vacinadas na APS contra Difteria, Tétano, Coqueluche, Hepatite B, infecções causadas por *haemophilus influenzae* tipo B e Poliomielite inativada; percentual de diabéticos com solicitação de hemoglobina glicada; percentual de pessoas hipertensas com pressão arterial aferida em cada semestre (Seta, Ocké-Reis e Ramos, 2021).

Já o Critério de Incentivo Para Ações Estratégicas, de acordo com Harzheim (2020), é caracterizado pela implementação de ações baseadas nas necessidades e características de cada comunidade, tendo como objetivos melhorar a qualidade dos atendimentos e cuidado nas APS e na Rede de Atenção à Saúde. Assim, a transferência dos recursos considera as especificidades e prioridades em saúde, os aspectos estruturais das equipes e a produção em ações estratégicas em saúde.

Considerando que a maioria da população brasileira utiliza-se do SUS, é imprescindível o repasse de recursos para a manutenção dos serviços de saúde, sendo que a partir da implementação do PPB os recursos só são repassados aos municípios se as equipes alcançarem os índices estipulados pelo programa, como destaca Harzheim et al (2022). Assim, diante do exposto, essa pesquisa teve por objetivo analisar os indicadores de saúde no Programa Previne Brasil dos municípios com população inferior a 10.000 (dez mil) habitantes, na região do Extremo Oeste de Santa Catarina, no período de 2020 a 2022.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O presente artigo fundamenta-se em uma pesquisa amparada na abordagem quantitativa, descritiva, de natureza básica, construída a partir da técnica de documentação indireta, o qual utilizou-se de dados secundários de domínio público, disponibilizados pelo SISAB. O estudo foi realizado em municípios de pequeno porte, com população inferior a 10.000 (dez mil) habitantes, localizados na região de saúde do Extremo Oeste de Santa Catarina. Foram considerados elegíveis os dados correspondentes aos sete indicadores do trabalho das equipes (eSF/APS), no período de 2020 a 2022.

Segundo Gil (2002), a pesquisa é um método que requer sistematização e proporciona respostas a problemas propostos. Se inicia uma pesquisa quando não se dispõem de informações necessárias para solucionar um problema, ou quando as informações não estão organizadas a ponto de ser possível analisá-las. Ela é desenvolvida a partir de fases que devem ser criteriosamente seguidas, desde a formulação de problemas até a perfeita apresentação dos resultados. De posse dessa concepção, descreve-se a seguir os processos que fomentam esta pesquisa.

A pesquisa quantitativa, segundo Richardson (2008) é o emprego da quantificação tanto na coleta de informações como para a análise destes dados. É usado em pesquisas que investigam e correlacionam os a relação de causalidade entre os fenômenos. O programa de financiamento do Sistema Único de Saúde é o Previn Brasil. Um dos critérios utilizados para repassar verbas para os municípios são os indicadores em saúde. A pesquisa quantitativa permite que seja analisado estes indicadores possibilitando a análise do desempenho de cada município brasileiro. Portanto, os dados foram coletados do SISAB (DataSus) e são caracterizados como dados secundários. Para Mattar (1996), dados secundários são aqueles que já foram tabulados, ordenados e que estão disponíveis para a visualização de quem se interessar por eles. Mesmo se tratando de dados de domínio público, o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) institucional da Universidade do Oeste de Santa Catarina.

Assim, foram analisados indicadores de proporção de gestantes com pelo menos 6 consultas pré-natal, gestantes com realização de exames para sífilis e HIV, gestantes com atendimento odontológico, cobertura de exame citopatológico, proporção de crianças de 1 ano de idade vacinadas na APS contra Difteria, Tétano, Coqueluche, Hepatite B, infecções causadas por *haemophilus influenzae* tipo B e Poliomielite inativada, percentual de diabéticos com solicitação de hemoglobina glicada e percentual de pessoas hipertensas com pressão arterial aferida em cada semestre. A análise centrou-se nos municípios de Bandeirante, Barra Bonita, Belmonte, Bom Jesus do Oeste, Flor do Sertão, Iraceminha, Saltinho, Santa Helena, Santa Terezinha do Progresso, Romelândia, São Miguel da Boa Vista, Paraíso, Tigrinhos e Tunápolis.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em relação ao primeiro indicador de desempenho, correspondente a proporção de gestantes com pelo menos 6 (seis) consultas pré-natal realizadas, sendo a 1ª (primeira) até a 12ª (décima segunda) semana de gestação, destaca-se após análise dos dados coletados no SISAB/MS via ImpulsoGov que, em um geral, os municípios, melhoraram seus resultados quanto ao primeiro indicador estipulado, isso ao longo do ano de 2020 e principalmente durante o ano de 2021. Dessa maneira, no Q3/2021 (Quadrimestre 3/2021) praticamente só os municípios de Bandeirante, Tigrinhos e Tunápolis não haviam atingido a meta estipulada para o ano em questão, porém apresentavam porcentagem muito próximas.

Tendo em vista isso, Menezes (2022) disserta sobre as dificuldades de implementação e efetivação do nosso financiamento, processo no qual os municípios depararam-se com grandes desafios, incluindo a ampliação de acesso aos serviços da APS e a melhoria da qualidade, visando a equidade de acesso pela população, tal como a busca por equilíbrio financeiro e correção das falhas no sistema de monitoramento dos resultados referentes aos indicadores de desempenho e captação ponderada.

Sobre os dados obtidos para o ano de 2022 pode-se observar que a maioria dos municípios investigados demonstrou seus melhores resultados no Q2/2022 (Quadrimestre 2/2022), tendo decaído as porcentagens em sete municípios no Q3/2022. Sob o mesmo enfoque, no que tange o primeiro indicador, dois municípios mantiveram suas porcentagens entre os dois quadrimestres e seis municípios tiveram uma ligeira melhora nos seus resultados, como é o caso de Bom Jesus do Oeste, Romelândia, Saltinho, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista e Tigrinhos, os quais, com exceção do último citado, atingiram a meta determinada pelo Ministério da Saúde. Ainda, destaca-se que o município de Tigrinhos apresentou uma queda brusca no seu denominador informado entre o Q1/2022 (Quadrimestre 1/2022) e o Q2/2022, tendo uma branda recuperação de 20% para o Q3/2022. Além disso, Paraíso expressou em seus dados divulgados uma redução abrupta de 33% no que tange o segundo para o terceiro quadrimestre de 2022, ambos não atingindo a média estipulada e já reduzida em relação aos anos anteriores (2020 e 2021).

Referente ao segundo indicador de desempenho, correspondente a proporção de gestantes com realização de exames para sífilis e HIV, é possível observar que, mesmo com algumas exceções, assim como o indicador anterior a maioria dos resultados foram melhorando conforme o passar dos quadrimestres. Porém, tem-se novamente o município de Paraíso destacando-se com seu baixo desempenho correspondente a 38%, estando 22% abaixo da meta para o ano no Q3/2022, isto mesmo após apresentar 100% no quadrimestre anterior (Q2/2022). Outrossim, o terceiro indicador de desempenho, correspondente a proporção de gestantes com atendimento odontológico realizado, diferentemente dos indicadores anteriores, apresentou uma resistência maior para melhorias, com a maioria dos municípios alcançando a meta somente a partir do Q1/2022, momento o qual nove municípios atingiram a meta definida. Da mesma forma, referente ao quarto indicador de desempenho correspondente a proporção de mulheres com coleta de citopatológico na APS, também revelou dificuldades para melhorias, com a maioria dos municípios atingindo a meta somente a partir do Q1/2022. Também, nove municípios atingiram a meta de 40% para esse indicador e mantiveram dados favoráveis, e somente quatro desses não o atingiram, sendo eles: Bandeirante (39%), Barra Bonita (30%), Saltinho (32%) e Santa Helena (35%).

Menezes (2022) discorre em sua pesquisa que este quarto indicador visa medir a proporção de mulheres com idade entre 25 a 64 anos que foram atendidas na APS e que realizaram um exame citopatológico (exame preventivo para câncer do colo do útero) no intervalo 3 anos, isso em relação ao total de mulheres na mesma faixa estimada do município. Da mesma maneira, a interpretação destes dados tem como intuito incentivar o registro correto de todos os usuários da Atenção Primária à Saúde, mesmo que possa afetar o resultado do indicador analisado.

Em relação ao quinto indicador de desempenho, correspondente a proporção de crianças de 1 (um) ano de idade vacinadas na APS contra Difteria, Tétano, Coqueluche, Hepatite B, infecções causadas por *haemophilus influenzae* tipo B e Poliomielite inativada, ressalta-se que o indicador para os anos de 2020 e 2021 foi denominado enquanto “Cobertura vacinal de Poliomielite inativada e de Pentavalente”. Assim, o objetivo desse indicador é medir o nível de proteção da população infantil contra as doenças imunopreveníveis selecionadas, mediante o cumprimento do esquema básico de vacinação, isso em relação à quantidade de crianças que o município possui, conforme descreve Menezes (2022).

Figura 01: Resultados dos municípios no quinto indicador de desempenho em 2020 e 2021.

TABELA 008-1. Proporção de crianças de 1 (um) ano de idade vacinadas na APS contra Difteria, Tétano, Coqueluche, Hepatite B, infecções causadas por <i>haemophilus influenzae</i> tipo B e Poliomielite inativada							
MUNICÍPIO	População (2022)	2020 Q1	2020 Q2	2020 Q3	2021 Q1	2021 Q2	2021 Q3
Bandeirante	3.144	100%	95%	89%	93%	93%	74%
Barra Bonita	1.065	73%	29%	56%	49%	17%	21%
Belmonte	2.655	51%	29%	50%	48%	24%	19%
Barra Negra do Oeste	2.137	98%	70%	60%	71%	78%	59%
Blau do Sertão	1.731	76%	18%	50%	74%	78%	84%
Caracaramba	2.985	39%	46%	54%	27%	29%	24%
Paraíso	4.261	38%	34%	59%	42%	22%	24%
Roucinholândia	4.829	73%	28%	57%	37%	43%	21%
Saltinho	3.632	78%	17%	54%	49%	21%	28%
Santa Helena	2.178	63%	70%	19%	53%	48%	39%
Santa Teresinha do Progresso	2.422	43%	73%	57%	53%	57%	57%
São Manoel da Boa Vista	1.78	20%	50%	47%	23%	40%	52%
Thytilândia	2.222	27%	38%	58%	23%	30%	27%
Turiborã	4.915	70%	45%	34%	32%	36%	23%

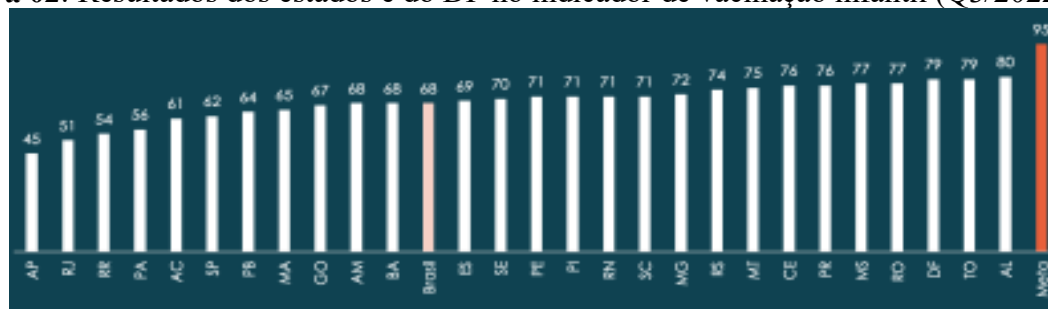
Fonte: elaboração pelas autoras, com dados do SISAB/MS via ImpulsoGov e IBGE (2022).

Nessa linha, evidencia-se novamente as dificuldades de implementação e efetivação do Programa Previne Brasil, principalmente no que tange o esquema vacinal das crianças, uma vez que as porcentagens encontradas para esse indicador nos anos de 2020 e 2021 foram baixíssimas, tendo eles um pouco melhores entre os Q3/2020 e Q1/2021. Contudo, não mantiveram tais resultados, como evidencia-se nos quadrimestres seguintes, Q2/2021 e Q3/2021, finalizando o ano de 2021 com resultados desastrosos para o indicador de cobertura vacinal de Poliomielite inativada e de Pentavalente, conforme os dados expostos pela Figura 1.

Para além disso, evidencia-se que a nível nacional os resultados da vacinação infantil tem se mostrado insatisfatório e preocupante, uma vez que acompanha uma tendência de queda ao longo de todo o país e o incentivo financeiro para a APS é insuficiente para reverter tal quadro, conforme dissertam Siqueira e Corrêa (2022). Assim, se fazem necessárias ações mais consistentes que envolvam para além dos governos municipais, estaduais e federal, também a sociedade. Ademais, em relação ao quinto indicador de desempenho, os dados obtidos para o ano de 2022 expõe um crescimento muito positivo em relação ao indicador de vacinação infantil, quando comparado aos dois anos anteriores. Contudo, observa-se uma leve queda na transição do Q2/2022 para o Q3/2022, estando a maioria dos municípios analisados próximos à meta estipulada nacionalmente, mas não atingiram-na. Ressalta-se ainda, que Tigrinhos foi o município que exibiu menor porcentagem (53%), no último quadrimestre de 2022, sendo o único a estar abaixo da média nacional de 68%.

Dessa maneira, Siqueira e Corrêa (2022) descrevem a partir dos dados coletados a nível nacional, que os maiores intervalos em relação às metas estabelecidas pelo Ministério da Saúde foram observados na cobertura da vacinação infantil e no acompanhamento do diabetes. Nessa linha, observa-se que nacionalmente os resultados melhoraram ao longo dos quadrimestres do ano, porém ao final do Q3/2022 havia ainda uma lacuna considerável de 27% para atingir-se a meta acordada para o ano de base. Em consonância aos dados nacionais, a Figura 02 apresenta os resultados de cada estado do Brasil para este mesmo indicador no terceiro quadrimestre de 2022, na qual pode-se observar que o Estado de Santa Catarina ocupou uma posição melhor que a média nacional de 68%, mas ainda 24% abaixo da meta de 95%.

Figura 02: Resultados dos estados e do DF no indicador de vacinação infantil (Q3/2022).



Fonte: Siqueira e Corrêa (2022).

Referente ao sexto indicador de desempenho, correspondente a proporção de pessoas com hipertensão, com consulta e pressão arterial, ressalta-se que o indicador para os anos de 2020 e 2021 foi denominado enquanto “Percentual de pessoas hipertensas com pressão arterial aferida em cada semestre”. De maneira geral, os dados encontrados para esse indicador expõem-se de forma preocupante, uma vez que, com exceção dos municípios de Tigrinhos, Tunápolis e São Miguel da Boa Vista, todos os demais analisados apresentaram vagarosa melhora ao longo do ano de 2021 e 2022. Ou seja, para os quadrimestres 1, 2 e 3 de 2020, os resultados foram classificados quase todos abaixo da metade da meta estipulada para o

indicador. Entretanto, os três municípios citados demonstraram resultados positivos desde o Q1/2020 (Tigrinhos e Tunápolis) e desde o Q2/2020 (São Miguel da Boa Vista).

Também, como observado em alguns outros indicadores, evidencia-se que ao longo do ano de 2022 os dados apresentaram uma melhora, principalmente considerando o Q2/2022 e o Q3/2022. Porém, não foram todos os que conseguiram atingir a meta estipulada e os municípios de Barra Bonita, Saltinho e Santa Helena foram os que expressaram menores resultados no Q3/2022, estando eles próximos a metade da meta lançada pelo Ministério da Saúde. Já os demais que não conseguiram chegar à meta, denotaram dados próximos a alcançá-los, como é o caso de sete municípios. Os demais cinco municípios exprimiram porcentagens um tanto quanto superiores à meta traçada.

No que diz respeito ao sétimo e último indicador de desempenho, denominado “Percentual de diabéticos com solicitação de hemoglobina glicada”, assim como o indicador anterior, esse apresenta dados preocupantes e isso se mantém ao longo dos três anos analisados por essa pesquisa. Assim, destaca-se que alguns municípios denotaram no último quadrimestre de 2022 resultados positivos a meta determinada para este indicador, isso mesmo tendo uma variação considerável nos dados ao longo dos anos analisados (2020, 2021 e 2022). Também, no terceiro quadrimestre de 2022 os municípios de Saltinho e Santa Terezinha do Progresso expuseram valores próximos a meta, enquanto os demais sete municípios apresentaram resultados bem inferiores à meta de 50% no indicador. Desta maneira, o indicador de acompanhamento do diabetes é um dos que mais recomenda-se atenção, uma vez que os resultados encontrados à nível nacional encontram-se menores que a metade da meta estipulada. Ainda de acordo com Siqueira e Corrêa (2022), considerando a realidade Catarinense, na qual a média encontrada entre os municípios no Q3/2022 ficou em 25%, ou seja, a metade da meta estipulada, salienta-se que há um longo caminho para que este indicador apresente melhores resultados. Pode-se dizer que, enquanto há municípios que alcançaram e estão superiores à meta definida, há próximo a eles municípios que ainda precisam trabalhar seus dados para que esses se aproximem da meta estabelecida, acolham melhor as demandas e, consequentemente, tenham um retorno financeiro positivo, uma vez que o Programa Previne Brasil faz também o uso desses dados para o repasse financeiro aos municípios.

4 CONCLUSÃO

Dentre os objetivos de lançamento da nova política de financiamento da Atenção Primária à Saúde está a centralização do cuidado à população e o incentivo aos gestores na promoção de melhorias da estrutura física para um atendimento efetivo e eficiente. Nessa linha, o eixo de pagamento por desempenho demonstra resultados positivos, expressos pelas melhorias significativas no registro de usuários no Sistema Único de Saúde, na prevenção do câncer de colo de útero, na resolutividade nas falhas de tratamento e no controle efetivo de rastreamento das doenças crônicas.

Em conjunto a essa evolução positiva dos indicadores de saúde por todo o Brasil, destaca-se a atuação dos profissionais de saúde e dos gestores, que trabalham para o fortalecimento das ações e estratégias que apoiem as equipes de saúde na conquista de melhores resultados nos indicadores de saúde e também, na melhoria da qualidade da APS. Assim, ressalta-se que os indicadores do Programa Previne Brasil vieram em sua maioria para aprimorar o desenvolvimento das políticas públicas, uma vez que, é a partir de tais resultados que o Ministério da Saúde visualiza como estão as condicionalidades de saúde de cada lugar.

Entretanto, ainda há diversas lacunas que interferem no financiamento integral do programa, que podem ser corrigidas por um trabalho coletivo de todos (governo, gestão, equipe e população) e a análise dos indicadores de desempenho vem em concordância com isso, pois assim torna-se possível planejar ações relevantes e diretas ao problema, a partir da situação identificada. Desta forma, é necessário que os dados sejam registrados corretamente, para que

assim se realize a interpretação oportuna. Destaca-se também a importância dos processos formativos e de orientação, sendo necessário qualificar as equipes da APS, para que elas conheçam os indicadores e façam o correto manuseio das informações.

Ademais, a análise de desempenho nos indicadores relacionados à diabetes e hipertensão, tanto nos encontrados por essa pesquisa, assim como nos dados nacionais, evidenciam que são doenças com prevalências altas e crescentes. Nesse sentido, para além de estratégias que trabalhem com os fatores de risco, se faz necessário realizar a estratificação de risco dos pacientes, ansiando estratégias de cuidado mais apropriadas, incluindo também a atenção especializada nesse processo.

Por fim, reforça-se a ideia de que a melhora dos resultados, evidenciada principalmente ao longo de 2022, aponta ao sucesso da utilização do componente de incentivo por desempenho, pois tem-se um potencial de ocasionar mudanças positivas, tais como a melhora nos processos de trabalho e nas condições estruturais dos espaços que ofertam os atendimentos. Também, é importante enfatizar que as discussões pertinentes ao pagamento por desempenho não resumem o modelo de financiamento da APS, uma vez que trata-se de um dos critérios utilizados para o custeio da mesma. Contudo, é necessário atentar-se a esses dados, para que se direcione melhorias às áreas preconizadas pelo Ministério da Saúde.

REFERÊNCIAS

ACÂNTARA, L. D.; CARVALHO, R. D. D. **Programa “Previne Brasil” e as implicações para a atuação do fisioterapeuta na atenção primária à saúde.** 2021. Monografia (Bacharelado em Fisioterapia) - Curso de Fisioterapia - Faculdade Sete Lagoas, 2021.

BRASIL. Portaria n.º 2.979, de 12 de novembro de 2019. Institui o Programa Previne Brasil, que estabelece novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, por meio da alteração da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, n. 220, p. 97, 13 nov. 2019. Seção 1.

HARZHEIM, E. “Previne Brasil”: bases da reforma da Atenção Primária à Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Porto Alegre, v. 25, n. 4, p. 1189-1196, 2020.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo brasileiro de 2022.** Brasília: IBGE, 2022.

LOPES, S. P. A.; MOREIRA, M. B. A.; ALMEIDA, M. A. D.; ARAÚJO, J. D. S.; FIGUEIREDO, L. G. M.; ARAÚJO, B. L. S.; CANGUSSU, M. C. T. Evolução dos cadastros individuais no SISAB a partir do novo financiamento da Atenção Básica: um estudo descritivo. **SciELO Preprints**, Salvador, p. 1-18, 2021.

MENEZES, V. C. P. **Programa Previne Brasil: Mudanças no financiamento da atenção primária à saúde no sistema de saúde brasileiro.** 2022. Monografia (Bacharelado em Enfermagem) - Curso de Enfermagem - Faculdade AGES, Lagarto, 2022.

SETA, M. H. D.; OCKÉ-REIS, C. O.; RAMOS, A. L. P. R. Programa Previne Brasil: o ápice das ameaças à Atenção Primária à Saúde?. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 3781-3786, 2021.

SIQUEIRA, M. M.; CORRÊA, L. H. Previne Brasil: resultados dos indicadores de

desempenho e impacto financeiro em 2022. **Centro de Estudos e Promoção de Políticas de Saúde (CEEPS)**, São Paulo, p. 1-41, 2022. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/muH7M>>. Acesso em: 29 nov 2023.